



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 11 matérias

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 25 de julho de 2012

DIÁRIO DO AMAZONAS

Apenas duas das principais instituições publicam salários no Amazonas..... 1
VEICULAÇÃO LOCAL

O ESTADO DE SÃO PAULO

O mundo rosa de Tombini 2
VEICULAÇÃO NACIONAL

O ESTADO DE SÃO PAULO

Arrecadação cai em junho e Receita já revê projeções 3
VEICULAÇÃO NACIONAL

FOLHA DE SÃO PAULO

Governo cede e eleva proposta para professores..... 4
VEICULAÇÃO NACIONAL

FOLHA DE SÃO PAULO

Transparência permite conhecer aberrações nos vencimentos do funcionalismo público 5
VEICULAÇÃO NACIONAL

VALOR ECONÔMICO

Hitachi prevê faturar US\$ 1,5 bi..... 6
VEICULAÇÃO NACIONAL

O GLOBO

Arrecadação federal também sofre queda em junho 8
VEICULAÇÃO NACIONAL

BRASIL ECONÔMICO

Estados terão compensação para cortar ICMS da energia 9
VEICULAÇÃO NACIONAL

FOLHA.COM

BNDES vê sinais de aquecimento da economia brasileira em julho 10
VEICULAÇÃO NACIONAL

FOLHA.COM

Decreto quer desestimular onda de greves do funcionalismo 11
VEICULAÇÃO NACIONAL

FOLHA.COM

Crise econômica europeia vai piorar, diz economista 12
VEICULAÇÃO NACIONAL

	VEÍCULO DIÁRIO DO AMAZONAS		EDITORIA
	TÍTULO Apenas duas das principais instituições publicam salários no <u>Amazonas</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

Só TJAM e Suframa divulgam nominalmente vencimentos dos servidores.

[i] O Tribunal de Justiça do Amazonas passou a publicar nominalmente na semana passada os salários de todos os servidores e dos magistrados do Estado em seu site. Foto: Acervo/ DA

Manaus - Das dez principais instituições municipais, estaduais e federais do Estado, apenas o Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM) e a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) já divulgam os salários nominalmente de seus servidores. As demais informam parcialmente ou não fornecem a informação.

Ministério Público de Contas (MPC), Tribunal de Contas do Estado (TCE), Ministério Público do Estado (MP-AM) e Tribunal Regional Eleitoral (TRE) divulgam separadamente em seus sites os valores dos vencimentos por cargo e a relação com o nome dos servidores. A Assembleia Legislativa do Estado (ALE) divulga apenas uma tabela com os salários dos servidores.

O presidente do TCE, Érico Desterro, já havia declarado que não vai divulgar os salários, “a não ser que venha uma ordem nesse sentido”. Desterro entende que as informações são pessoais e por isso não caberia a divulgação.

O procurador-geral do MPC, Carlos Alberto Almeida, afirmou que ainda não há nenhuma definição sobre o tema, mas que está estudando a ideia e que, particularmente, não vê problema nenhum na divulgação das informações. “A ideia é fazer a divulgação nominal e a tendência é essa”, declarou.

A assessoria de comunicação do MP-AM informou que, por decisão do Conselho Nacional de Procuradores Gerais, ficou estabelecido que o Ministério Público no Estado aguardaria a edição de uma resolução do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) fornecendo o formato para a padronização e divulgação das informações e que, até a próxima semana, a resolução deve ficar pronta.

Câmara Municipal de Manaus (CMM), Prefeitura de Manaus e governo do Estado não divulgam os salários dos servidores. O presidente da CMM, Isaac Tayah, afirmou há alguns dias que pretende divulgar nominalmente os salários dos servidores, mas a medida ainda não foi implementada.

A Secretaria Municipal de Comunicação informou que a prefeitura não pretende disponibilizar a informação por entender que se trata de informação pessoal, além dos vencimentos dos servidores públicos municipais já terem sido publicados no Diário Oficial do Município (DOM) de 20 de janeiro de 2006.

O governo do Estado, em nota, informou que entende que a publicação dos vencimentos dos servidores do Estado no Portal da Transparência deve ser feita, mas que por conta de um ofício enviado pelo MP-AM, alegando que não há necessidade da publicação dessas informações, o assunto está sendo estudado pela Procuradoria Geral do Estado (PGE).

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO O mundo rosa de Tombini		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Espalhar otimismo e alegria é a nova função do Banco Central (BC) do Brasil. Talvez seja essa a maior inovação introduzida por seu atual presidente, Alexandre Tombini, convertido em propagandista da política econômica. Segundo ele, a economia crescerá mais de 4% no próximo ano, a inflação continuará controlada e as famílias terão recursos para ampliar seu consumo, graças à expansão do emprego e da renda. Não se trata, nesse discurso, apenas de alimentar e administrar expectativas, um papel normalmente exercido pela autoridade monetária. O presidente do BC é hoje um funcionário plenamente integrado na equipe ministerial, como era em tempos mais remotos, quando a gestão da moeda era subordinada, sem reservas, à orientação central da política econômica.

O presidente do BC está certo, provavelmente, quando anuncia uma reativação da economia brasileira no segundo semestre e um retorno, em 2013, a um crescimento em torno de 4,5%. A economia continua, de fato, criando empregos e a renda salarial cresceu mais uma vez no primeiro semestre. Tudo isso favorece o consumo, único fator de sustentação da economia neste ano. Mas há um evidente irrealismo no cenário cor-de-rosa apresentado por Tombini.

Os estímulos de crédito e o aumento de renda ainda observados neste ano podem favorecer a reativação econômica no segundo semestre, depois de meses de estagnação. Falta saber se a economia terá fôlego para um crescimento mais que efêmero, ou mesmo para uma expansão em ritmo superior a 4% nos anos seguintes. A criação de empregos formais em junho - 120,4 mil - foi 53% menor que a de um ano antes. No primeiro semestre houve 1 milhão de contratações com carteira assinada. Quase metade - 469,7 mil - foi no setor de serviços. A expansão dependeu principalmente da geração de empregos de qualidade inferior ao do setor manufatureiro.

A deterioração do quadro estendeu-se, portanto, pelo menos até o fim do primeiro semestre. Isso foi confirmado também pela nova sondagem da Confederação Nacional da Indústria (CNI), divulgada ontem. Segundo o relatório, a demanda ficou mais fraca, as margens de lucro foram insatisfatórias e os entrevistados apontaram uma situação

financeira ruim. O acesso ao crédito permanece difícil, afirmam os autores do levantamento. De acordo com as informações coletadas, a **produção** industrial diminuiu pelo quarto mês consecutivo e os estoques se elevaram em cinco dos primeiros seis meses do ano.

"A estratégia de crescimento via estímulos ao consumo dá claros sinais de esgotamento", segundo o relatório. No segundo trimestre, o problema da falta de demanda tornou-se mais **importante** para empresas de todos os portes, de acordo com os informantes consultados. Ainda assim, esse problema continuou como o terceiro mais grave na lista elaborada com base nas respostas. A carga tributária continuou no primeiro lugar. No segundo posto ficou a competição acirrada - um item refletido, sem dúvida, no acelerado aumento das **importações** de bens industriais. A taxa de juros só aparece em sétimo lugar, entre as reclamações, seguida pela falta de capital de giro e pela falta de financiamento de longo prazo.

Os consultados manifestaram menor otimismo quanto à evolução da demanda interna e das **exportações** nos próximos seis meses. Diante disso, parece irrealista esperar uma retomada significativa dos investimentos.

Os números do **comércio** exterior confirmam o diagnóstico de uma indústria estagnada, com muita dificuldade para **exportar** e também para manter sua participação no **mercado** interno.

As previsões otimistas do presidente do BC podem ser confirmadas, no curto prazo, mas o impulso de crescimento será certamente limitado. As medidas de estímulo tomadas até agora são de curto alcance. Os benefícios fiscais são dirigidos a setores selecionados e insuficientes para neutralizar as distorções provocadas pela péssima tributação. Do investimento público pouco se pode esperar como contribuição à eficiência da economia. O governo insistirá em lançar novos pacotinhos, tão inócuos quanto os anteriores, e o discurso otimista será mantido.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Arrecadação cai em junho e Receita já revê projeções		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Lucro menor das empresas motivou queda de 6,55%, a primeira desde dezembro; governo vê "viés de baixa"

A arrecadação federal teve, em junho, a primeira queda mensal desde dezembro de 2011. O pagamento de impostos e contribuições federais somou R\$ 81,1 bilhões, 6,55% a menos que em junho de 2011. A principal razão é a redução no lucro das empresas, que estão deixando de pagar Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Diante desse novo cenário, a Receita reduziu a previsão de crescimento da arrecadação em 2012 para algo entre 3,5% e 4%. A estimativa anterior era de 4% a 4,5%. "O viés é de baixa. Mas o crescimento deve ser mais próximo de 4%", disse a secretária adjunta da Receita, Zayda Manatta. Desde abril, a arrecadação vem desacelerando como reflexo do baixo desempenho econômico.

Arrecadação cai 6,55% em junho e Receita reduz previsão para o ano

Redução no lucro das empresas, que diminui valor do IRPJ e CSLL, provoca primeira queda mensal desde dezembro, para R\$ 81,1 bi

RENATA VERÍSSIMO, ADRIANA FERNANDES / BRASÍLIA
- O Estado de S.Paulo

Após meses sucessivos de recordes, a arrecadação federal perdeu fôlego em junho e teve a primeira queda mensal desde dezembro. O pagamento de impostos e contribuições federais somou R\$ 81,1 bilhões, 6,55% a menos que em junho de 2011. O principal fator para esse fraco desempenho, apesar dos pacotes de estímulo lançados pelo governo, é a redução no lucro das empresas, que já estão deixando de pagar Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Diante desse novo cenário, a Receita reduziu a previsão de crescimento da arrecadação em 2012 para algo entre 3,5% e 4%. A estimativa anterior era entre 4% e 4,5%. "O viés é de baixa. Mas o crescimento deve ser mais próximo de 4%", disse a secretária adjunta da Receita, Zayda Manatta.

Desde abril, quando as empresas deixaram de recolher tributos ainda com base nos ganhos de 2011, a arrecadação vem desacelerando como reflexo do baixo desempenho

econômico. No primeiro semestre, os contribuintes pagaram R\$ 508,5 bilhões em impostos e contribuições federais, apenas 3,66% mais que no mesmo período de 2011.

No entanto, Zayda disse que a expectativa é de recuperação da economia e da arrecadação no segundo semestre, como resultado das medidas de estímulo.

Desconforto. A revelação da secretária de que empresas estão deixando de recolher IRPJ e CSLL indica que a situação não é nada confortável para o governo. E pode piorar se a retomada do crescimento não ocorrer na velocidade esperada. O problema agora é evitar que esse quadro se espalhe, deteriorando a situação fiscal. Em momentos de crise, muitas empresas preferem deixar de pagar os tributos para ganhar folga no caixa.

Segundo Zayda, as empresas estão apresentando o chamado balanço de suspensão ou reduzindo o pagamento mensal dos dois tributos. A legislação permite que o pagamento de IRPJ e CSLL seja calculado com base na estimativa de lucro para o ano. Porém, se elas perceberem que o lucro será menor, podem suspender o pagamento mensal ou reduzir o valor para compensar o que já pagaram a mais. A Receita vai **monitorar** esse movimento com base nas informações da Declaração de Débitos e Créditos Federais (DCTF) das empresas.

Outro fator que influenciou a desaceleração da arrecadação no primeiro semestre e a redução em junho foi o pagamento das parcelas do Refis da Crise.

Em junho de 2011, quando houve a consolidação dos débitos, a Receita recolheu R\$ 6,7 bilhões como antecipação de parcelas ou quitação das dívidas. No mês passado, os débitos do Refis da Crise somaram apenas R\$ 1,2 bilhão.

A nova previsão da Receita para 2012 considera também o rebaixamento da estimativa para expansão do **PIB** este ano de 4,5% para 3% e uma frustração de receitas nos primeiros meses de R\$ 22 bilhões. O Fisco projeta recolher R\$ 676 bilhões este ano.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Governo cede e eleva proposta para professores		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O **Governo Federal** cedeu aos professores universitários e apresentou proposta de reajuste maior para a categoria. O reajuste mais baixo será de 25% em três anos — era de 12%. Hoje deve ser publicado decreto com garantia de atendimento em setores públicos essenciais em caso de greve.

Governo cede e oferece reajuste maior a docentes

Índice proposto para professor de nível mais baixo passou de 12% para 25%

Nova proposta tenta pôr fim a greve nas universidades federais; sindicatos responderão na próxima semana

DE BRASÍLIA

O **Governo Federal** cedeu à pressão dos professores universitários e apresentou ontem uma proposta de reajuste maior para a categoria.

Com a nova oferta, o reajuste mais baixo dado aos docentes será de 25% em três anos -antes, era de 12%.

A mudança terá um impacto adicional de R\$ 280 milhões nos cofres públicos: foi de R\$ 3,9 bilhões para R\$ 4,18 bilhões -adicional de 7,7%. O valor será distribuído ao longo dos próximos três anos.

Apesar do aumento do valor proposto, não há ainda consenso entre os grevistas sobre o fim da paralisação.

Os novos índices contemplaram, principalmente, professores com carga horária de 20 horas e 40 horas semanais -o que corresponde a 14% dos professores.

O reajuste máximo para a categoria está mantido: 40% para os professores titulares.

O governo concordou ainda em antecipar o pagamento dos novos salários, do segundo semestre de 2013 para março do próximo ano.

O secretário de relações do Trabalho, Sérgio Mendonça, afirmou que não há margem para uma nova oferta. "Estamos convencidos (...) de que fizemos um movimento suficiente para que a gente faça um acordo com a entidade dos professores para que a greve comece a terminar."

Os sindicatos devem responder ao governo até o início da próxima semana. A greve nas universidades federais dura pouco mais de dois meses, em 57 das 59 instituições.

Para a presidente do Andes (Sindicato Nacional dos Docentes de Instituições de Ensino Superior), Marinalva Oliveira, o governo manteve a "base conceitual" da proposta anterior.

Já o Proifes, entidade que também representa a categoria, se mostrou mais favorável à proposta do governo.

CARREIRA

O governo aceitou tirar da proposta alguns critérios para a progressão na carreira.

A exigência de 12 horas/aula semanais para o avanço nos diferentes níveis da carreira, por exemplo, foi suprimido. Também foi retirada a limitação de 20% do corpo docente da universidade no topo da categoria.

Segundo o governo, os itens serão discutidos em grupo de trabalho criado com os reitores, que deverão apresentar um esboço para avaliação em três meses.

(FLÁVIA FOREQUE)

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Transparência permite conhecer aberrações nos vencimentos do funcionalismo público		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

MARCOS FERNANDES G. DA SILVA

ESPECIAL PARA A FOLHA

A Lei de Acesso à Informação e iniciativas que garantem transparência dos gastos geram resultados positivos.

O Estado é uma área meio, não fim e, portanto, o controle de seus custos é uma prioridade, e a sociedade tem o direito à informação sobre cargos, salários e benefícios.

Ser funcionário público já é atrativo, pois existe estabilidade e ganho de uma aposentadoria maior que a do setor privado. Agora, com a publicação dos salários, pode-se ter uma ideia mais clara.

Este fato que já havia sido revelado pelo economista Nelson Marconi. Usando a Pnad, ele mostrou que os servidores recebem mais que trabalhadores do setor privado nas três esferas de governo.

Os funcionários da União com ensino médio, por exemplo, ganham 72% a mais do que os da iniciativa privada.

Se o Estado gasta muito mais com mão de obra do que o setor privado, ele gasta mal, de forma injusta e regressiva do ponto de vista social.

Os persistentes aumentos dos funcionários nos últimos anos geraram desequilíbrio. O lado positivo da transparência é esse: ficamos sabendo de aberrações, privilégios exorbitantes e políticas de recursos humanos não condizentes com a boa gestão.

A divulgação de salários está causando resistência de alguns órgãos. Haveria obstáculos a que se divulguem os vencimentos com os nomes. Publicá-los, omitindo os ocupantes, não é condizente com a carreira pública.

Argumentar que os servidores ficam sujeitos ao crime é talvez omitir a real preocupação, em grande parte corporativista. É verdade que as elevadíssimas remunerações poderiam ser atrativo para criminosos, mas quem quer praticar sequestro ou roubo obteria as informações de qualquer forma.

MARCOS FERNANDES G. DA SILVA é professor de economia e direito da FGV-SP

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO		EDITORIA
	TÍTULO Hitachi prevê faturar US\$ 1,5 bi		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Por Cynthia Malta | De São Paulo

O presidente mundial da Hitachi, Hiroaki Nakanishi, colocou o **Brasil** no grupo de 11 regiões-chave para a companhia, a quarta maior do Japão. Isso significa que o faturamento no país deve crescer de US\$ 370 milhões, obtido em 2011, para US\$ 1,5 bilhão em 2015. Comparando-se à receita mundial de US\$ 117 bilhões, parece pouco, mas o **Brasil** e as demais dez regiões (ver quadro nesta página) fazem parte do plano de transformar a Hitachi, que reúne mais de mil empresas e fabrica desde secador de cabelo e ar condicionado a reator nuclear, numa companhia global. Hoje ela faz 59% de suas vendas no Japão.

Sorridente e cortês, Nakanishi recebeu a reportagem do Valor ontem à tarde, em meio a uma apertada agenda de três dias no Brasil. Veio encontrar-se com clientes, funcionários e autoridades. Hoje, em Brasília, tem reuniões com a chefe da Casa Civil, Gleise Hoffman, e com o vice-presidente Michel Temer.

Há 42 anos na Hitachi e há dois no seu comando, o executivo liberou para os próximos três anos investimentos de US\$ 300 milhões para fortalecer as operações no Brasil. Isso inclui aquisições, contratação de pessoal e ampliação da área de pesquisa e **desenvolvimento**, para que os produtos sejam mais eficientes.

O fato de o **PIB** brasileiro estar crescendo mais devagar neste ano não o preocupa. "O ritmo do crescimento econômico pode desacelerar de vez em quando, mas isso não tem importância", diz Nakanishi. Ele lembra que a China - principal **mercado** do Japão - também está desacelerando.

Esse cenário já foi incorporado nas projeções da companhia para o ano fiscal de 2012: a fatia da China nas vendas totais do grupo cai de 11% para 10%; a do Japão encolhe de 59% para 57% e a dos **mercados** emergentes (excluída a China) cresce de 14% para 17%.

Nakanishi descreve a crise mundial, mais aguda na Europa, mas que também afeta os Estados Unidos, como "uma grande incerteza". "Temos que ser muito cuidadosos, saber exatamente onde pôr os investimentos", diz ele.

Apesar dessa crise gerar incerteza e exigir maior cuidado dele para investir, Nakanishi diz que não há saída. Para sobreviver, a Hitachi precisa ficar global e arriscar mais. Observa que o movimento de fusões e aquisições é uma tendência no mundo. "Não podemos ser independentes desse movimento". Há dois anos, em agosto de 2010, Nakanishi chegou a dizer a jornais japoneses que estava interessado em negociar uma fusão com a Mitsubishi Heavy Industries. A fusão não ocorreu. Ele sorri novamente e responde: "Nós continuamos conversando. Temos um forte relacionamento."

No Brasil, por enquanto, a Hitachi fabrica ar condicionado, em **Manaus** (AM) e São José dos Campos (SP), e ferramentas elétricas em Indaiatuba (SP). Também produz em Minas Gerais transmissores de programação de TV, com a Linear, empresa comprada no ano passado.

Os demais produtos - uma variada gama que vai de antenas UHF a rádios para carro, passando por sistemas para armazenar dados e caixas automáticos para bancos - são **importados**. Mas a parcela de equipamentos feitos localmente vai crescer.

A partir de julho de 2013, a fábrica de escavadeiras hidráulicas de médio porte (15 toneladas métricas), em Indaiatuba, já estará operando. Resultado de uma joint-venture assinada em outubro com a Deere & Company, a unidade, instalada numa área de 200 mil metros quadrados, terá capacidade de produzir 2 mil máquinas por ano. Também em outubro a Hitachi comprou a brasileira Linear, fabricante de transmissores de programação de **TV digital**. E, antes disso, em maio, havia firmado acordo com a Mayekawa para formar uma joint venture que venderá e fará a manutenção de compressores no país.

Sobre novos setores a serem explorados pela Hitachi no Brasil, Nakanishi cita como exemplo o sistema monotrilho. Para ele, não basta apenas fabricar e vender trens localmente, mas é necessário criar um time que seja capaz de inovar, fazer pesquisa e **desenvolvimento** nessa área.

Essa visão não se restringe a trens. Perguntado sobre como estão as conversas com a lesa, ele sorri e diz que estão avançando, mas prefere não dar detalhes. A Hitachi é considerada líder mundial no setor de trens e monotrilhos.

Havia expectativa de que Hitachi e Iesa iniciassem a produção de trens e monotrilhos em Araraquara (SP) neste ano.

	VEÍCULO O GLOBO		EDITORIA
	TÍTULO Arrecadação federal também sofre queda em junho		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Arrecadação cai pela 1 vez no ano

Em junho, Receita recolheu R\$ 81,10 bilhões, uma queda real de 6,55%

Cristiane Bonfanti

BRASÍLIA. Os sucessivos pacotes de estímulo à **produção** não foram suficientes para manter os níveis de arrecadação do **Governo Federal**. Com a atividade econômica abalada pela crise internacional e empresas lucrando menos, a Receita Federal registrou no mês passado, pela primeira vez no ano, queda no total pago em impostos e contribuições federais. O volume foi de R\$ 81,10 bilhões em junho, uma redução real (já descontada a inflação) de 6,55% sobre o mesmo mês de 2011 (R\$ 82,72 bilhões).

Também houve queda no ano. Nos primeiros seis meses, o total recolhido chegou a R\$ 508,55 bilhões, ante R\$ 465,61 bilhões no mesmo período de 2011.

- Nossa expectativa é que, no segundo semestre, haja uma recuperação da economia e da arrecadação. As medidas adotadas pelo governo deverão produzir efeito e deverá

haver crescimento melhor no segundo semestre - disse Zayda Bastos Manatta, que reduziu a previsão de alta da arrecadação para o ano. - O crescimento deverá ficar entre 3,5% e 4%, mais perto de 4%. Antes, era entre 4% e 4,5%.

O resultado só não foi pior por causa da arrecadação da contribuição previdenciária, que teve uma participação de 73,21% no crescimento das receitas. De janeiro a junho, o total arrecadado foi de R\$ 141,6 bilhões, aumento real de 8,15% sobre os R\$ 130,9 bilhões do mesmo período de 2011. A projeção da Receita é que, no ano, a contribuição previdenciária chegue a R\$ 272,3 bilhões. Em 2011, o valor registrado foi de R\$ 245,9 bilhões.

A arrecadação do Imposto de **Importação** e do IPI vinculado à **importação** também contribuiu com um volume de R\$ 22,6 bilhões no primeiro semestre. Houve aumento de R\$ 3,4 bilhões ante os seis primeiros meses do ano passado.

Zayda observou que as empresas têm apresentado lucratividade menor. E em junho, o recolhimento do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) somou R\$ 6,04 bilhões, queda real de 13,6% frente ao mesmo mês de 2011.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO		EDITORIA
	TÍTULO Estados terão compensação para cortar <u>ICMS</u> da energia		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Claudia Safatle

A presidente Dilma Rousseff pretende convencer os governadores a aderir à redução da tributação do **ICMS** sobre energia elétrica - tal como o **Governo Federal** fará com o PIS/Cofins - mediante proposta que atenderia a uma antiga reivindicação dos Estados: diminuição do pagamento dos serviços das dívidas estaduais que foram renegociadas no fim dos anos 90 com a União. Além disso, haveria a troca do indexador aplicado nesses débitos.

Ao assinar os contratos de refinanciamento, os Estados concordaram com o limite de pagamento do serviço da dívida, que varia de 11,5% a 15% ao ano, conforme o caso. Há anos, os governadores pedem que esse comprometimento caia para a casa dos 9%. Reivindicam também a mudança do indexador da dívida do IGP-DI para o IPCA, desde que este, mais uma taxa fixa, não seja superior à Selic.

A presidente está disposta a negociar essas alterações - que independem de mudança legal - para que os governadores ajudem o **Governo Federal** a diminuir o custo da energia para grandes consumidores em cerca de 20%.

A redução da carga tributária incidente sobre a conta de energia é uma das principais medidas que o governo vai anunciar em agosto, provavelmente no dia 7, quando Dilma terá a terceira reunião deste ano com um grupo de empresários. A cobrança de impostos federais e estaduais e de uma série de encargos é responsável por cerca de 45% da

fatura de energia, e essa foi uma das principais reivindicações do setor privado no primeiro encontro com a presidente, em março.

De lá para cá, a presidente começou a trabalhar em novas medidas para melhorar a competitividade da indústria e incentivar os investimentos, além de desvalorização cambial e queda de juros.

A alíquota do PIS/Cofins sobre a energia é de 8,5% e terá uma substancial redução. O que mais onera a conta de luz, porém, é a cobrança do **ICMS**. Dependendo do Estado, esse imposto supera 30%. Razão pela qual o governo quer o envolvimento dos governadores. Os encargos atuais, da Conta de Consumo de Combustível (CCC) à Luz para Todos, serão todos transferidos para o Tesouro Nacional.

Associado à essa iniciativa, o governo também espera obter uma redução tarifária **importante** - da ordem de 10% - por ocasião da prorrogação das concessões federais do setor elétrico por mais 20 a 25 anos.

	VEÍCULO FOLHA.COM		EDITORIA
	TÍTULO <u>BNDES</u> vê sinais de aquecimento da economia brasileira em julho		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

DENISE LUNA

DO RIO

O presidente do **BNDES** (Banco Nacional do **Desenvolvimento** Econômico e Social), Luciano Coutinho, já vê sinais de aquecimento na economia brasileira em julho, depois de medidas adotadas pelo governo, como a redução de taxas de juros para estimular investimentos.

Segundo Coutinho, a linha Finame, a principal do banco, deve fechar julho com resultado acima do registrado em junho. De acordo com o **BNDES**, em junho a linha emprestou R\$ 3,2 bilhões e em julho já caminha para algo em torno de R\$ 3,7 bilhões.

A área de operações indiretas, referente a empréstimos feitos por terceiros (bancos privados), já soma em julho R\$ 5,2 bilhões (com a Finame incluída), ante os R\$ 4,8 bilhões de junho.

"A comercialização de bens de capital começou a se recuperar nas últimas três semanas, mas ainda é cedo para dizer se isso irá perdurar por meses", disse Coutinho, após

participar do seminário promovido pelo banco "O mundo e o **Brasil** em 2020", que fez parte das comemorações dos 60 anos do **BNDES**.

Coutinho disse ainda que, diante dos últimos fatos no setor de telecomunicações, com a Anatel suspendendo a operação de algumas operadoras, o setor deve demandar ainda mais financiamentos para expandir a rede.

"A única maneira de melhorar a qualidade é aumentar a capacidade de processamento", disse o executivo, que vê um grande desafio para as licenças do serviço de alta velocidade (4G), que vão precisar de mais antenas e maior densidade de sinal.

"Continuaremos apoiando fortemente o setor de telecomunicações no Brasil", afirmou.

	VEÍCULO FOLHA.COM		EDITORIA
	TÍTULO Decreto quer desestimular onda de greves do funcionalismo		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

NATUZA NERY KELLY MATOS

DE BRASÍLIA

O Palácio do Planalto decidiu jogar duro para tentar desencorajar a onda grevista no funcionalismo federal.

O governo deve publicar hoje decreto definindo garantias mínimas de atendimento em diversos setores do serviço público onde haja operação padrão ou paralisações.

O decreto atinge, ao menos, Anvisa, Receita Federal e defesa agropecuária, áreas consideradas essenciais ao **comércio** exterior.

O Executivo se assustou com dados que mostram que a greve na Anvisa e a operação-padrão na Receita já prejudicam a movimentação de cargas nos portos brasileiros.

Para garantir o atendimento mínimo, o decreto autoriza os **Ministérios** a firmar convênios com Estados e municípios para viabilizar os serviços nesses setores.

A medida foi definida em reunião da presidente Dilma Rousseff com os ministros da Fazenda, Agricultura, Saúde, entre outros. Após o encontro, ela embarcou em viagem oficial a Londres.

Grande parte da Anvisa está parada desde 16 de julho. Nenhuma **mercadoria** pode entrar num porto nacional sem autorização do órgão.

Na Receita, a operação-padrão já dura 38 dias.

A medida dá poderes aos ministros para delegar a Estados e municípios o atendimento à população e a prestação de serviços considerados indispensáveis.

Na prática, o **Ministério** da Agricultura pode delegar que funcionários de outras esferas atuem na área de defesa animal, uma forma de amenizar a falta de servidores.

Na segunda-feira, a Justiça Federal determinou que a Anvisa volte a emitir os certificados que permitem o embarque e desembarque de **mercadorias** no porto de Paranaguá (PR), um dos mais **importantes** do país.

Com a iniciativa, o Executivo passa o recado de que não só não pretende ceder às pressões de algumas categorias como fará pressão cada vez maior pelo fim da greve. Nos bastidores, diz-se que esse é o "estilo Dilma" de administrar a primeira grande greve de seu mandato.

Ontem, o governo cortou o ponto de servidores federais que estão em greve.

	VEÍCULO FOLHA.COM		EDITORIA
	TÍTULO Crise econômica europeia vai piorar, diz economista		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

LUCIANA COELHO

DE WASHINGTON

O professor de economia e ciência política Barry Eichengreen está pessimista com o cenário que se desenha para a economia mundial. O aprofundamento da crise de confiança na Europa com o que ele vê como a provável saída da Grécia da zona do euro é a pior de suas expectativas, mas não a única ruim.

Os EUA continuam tropeçando na regulamentação do sistema bancário -- ao menos no médio prazo, um desejo mais do que uma realidade -- e os mercados emergentes ainda não dão conta de puxar o crescimento mundial como se esperava há meses.

Eichengreen, que leciona na prestigiosa Universidade de Berkley e dá palestra a convidados nesta quarta em São Paulo, está tão pessimista que está revendo seu livro mais recente, "Privilégio Exorbitante" (Campus, 2011) para corrigir a "expectativa superestimada" para a moeda única europeia e seu papel no mercado global.

"Ninguém que escrevesse há dois anos poderia imaginar quão incompetentes seriam os esforços da Europa em lidar com a crise seriam", disse ele à Folha. Leia a seguir a entrevista concedida pelo professor por email.

Folha - Há um desencanto nos últimos meses com os mercados emergentes, particularmente com o Brasil, após taxas de crescimento mornas. O "hype" foi exagerado ou os emergentes não deram conta de puxar o crescimento global sozinhos, como alguns esperavam?

Barry Eichengreen - O "hype" foi excessivo, sem dúvida. Muito do que vimos reflete o crescimento insustentavelmente alto da China, que alimentou sua demanda por exportações de produtos básicos do Brasil e da Rússia. Nenhuma economia cresce a 10% ao ano para sempre.

Também acho que economias como o Brasil poderiam ter feito mais para conter o crescimento dos gastos e o endividamento da população nos momentos de pico, para que houvesse mais espaço hoje para incentivar os gastos domésticos.

Um ano e meio após o lançamento de "Privilégio Exorbitante", o sr. acrescentaria algo à sua análise? Vimos o dólar se recuperar, em alguma medida, mas os obstáculos a manutenção de seu status como moeda internacional continuam lá.

A nova edição, que sai no mês que vem, terá um prefácio que responde isso. Claramente, o livro superestimou a perspectiva do euro em emergir como uma moeda internacional de primeira linha -- e ninguém que escrevesse há dois anos poderia imaginar quão incompetentes seriam os esforços da Europa em lidar com a crise.

Mas ele também subestimou o progresso que a China faria em internacionalizar o yuan. As iniciativas políticas mais recentes são impressionantes, e o yuan está aí, mais rápido do que se imaginava.

Apesar do debate sobre regulamentação do mercado financeiro, ainda há muita resistência dos grandes bancos privados. Episódios recentes, como o do HSBC, mostram que estamos longe do equilíbrio, embora haja mais atenção ao tema.

O que é necessário, no curto prazo, para garantir que o sistema financeiro não provoque outra crise, e quais são os obstáculos à regulamentação efetiva?

Os bancos são politicamente poderosos; nos EUA eles são grandes doadores e fazem parte das Comissões Bancárias do Senado e da Câmara, que criam as leis de regulamentação. Com isso, não surpreende que não tenha acontecido uma varredura dessas instituições nem mesmo depois da crise.

Eu gostaria de ver os grandes bancos quebrarem, a reinstituição adequada da Lei Glass-Steagall [promulgada em 1933 para conter a especulação e revogada em 1999] e exigências de capital muito maiores para esses bancos. Mas sou cínico demais para acreditar que ocorra na minha geração.

Alguns analistas e economistas preveem um colapso do euro. O sr. vê esse risco? E se as economias menores e mais problemáticas, como a Grécia, deixarem a zona do

euro, isso pode levar a um colapso total ou, ao contrário, tornaria os demais países-membros mais saudáveis?

Certamente o risco está lá, menos pelas razões econômicas (os passos econômicos que a Europa precisa para resolver a crise são claros) e mais por razões políticas.

Há uma deterioração da confiança política na Europa: os países não confiam uns nos outros, e a população não confia em seus governos. Isso torna muito difícil, embora não impossível, implementar as políticas econômicas necessárias.

A essa altura, a saída da Grécia da zona do euro é praticamente certa, não porque não haja medidas econômicas para evitá-la, mas porque não há mais desejo político de evitar. Isso vai prejudicar o restante da zona do euro.

Uma vez que um país possa sair, os investidores começarão a perguntar qual é o próximo. A falta de confiança virará um problema que levará muito tempo para se resolver.

Qual seria a consequência de um colapso?

Honestamente, ninguém sabe, pois nunca houve o colapso de uma união monetária. Duvido que seja um processo "administrável". Os estragos seriam muito mais graves do que os causados pelo fim da conversibilidade na Argentina, em 2001-2 [quando o país abandonou a paridade cambial com o dólar e deu calote].

E se tudo der errado com o dólar e o euro, o que países como a China e o Brasil teriam de fazer para que suas moedas de fato se tornassem moedas internacionais?

Não acho que nem o yuan nem o real possam ser moedas internacionais de peso nos próximos 10 ou 20 anos. O Brasil e a China teriam de aumentar a escala de seus mercados financeiros, aumentar sua liquidez e fortalecer a estabilidade macroeconômica.

A China teria de abrir comercialmente seus bancos e abandonar os controles de capital. O Brasil teria de acabar com os impostos à entrada de dinheiro estrangeiro. É um processo que levaria décadas, e não anos.